



TROFA
CÂMARA MUNICIPAL

PAVILHÃO DESPORTIVO DA ESCOLA EB2,3 DE S. ROMÃO CORONADO REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO

Câmara Municipal



Câmara Municipal da Trofa

**Divisão de Educação, Desporto e
Juventude**

Regulamento de Utilização do Pavilhão Desportivo da EB 2,3 de S. Romão do Coronado

Nota Justificativa

Pela importância que o Pavilhão Desportivo da EB 2,3 de S. Romão do Coronado assume como estrutura vocacionada para proporcionar o acesso salutar à prática desportiva e pelo papel que cumpre no desenvolvimento desportivo no Município de uma forma harmoniosa e sustentada carece de regulamentação de utilização.

É, pois, necessário definir as regras de utilização e funcionamento da ocupação do Pavilhão.

Artigo 1º

(Objetivo)

O presente regulamento estabelece as regras de gestão e administração assim como as condições de acesso, utilização e funcionamento do Pavilhão Desportivo da EB 2,3 de S. Romão do Coronado adiante designado apenas por Pavilhão.

Artigo 2º

(Gestão e Administração)

O Pavilhão, ao abrigo do protocolo celebrado com a Direção Regional de Educação do Norte (DREN), é gerido pela Câmara Municipal da Trofa, através da sua Divisão do Desporto.

Artigo 3º

(Definição)

O Pavilhão tem como finalidade a prestação de serviços desportivos à comunidade escolar, ao movimento associativo, à população em geral e a outras instituições que intervenham no desenvolvimento e promoção da actividade desportiva.

Artigo 4º

(Instalações)

São consideradas instalações do Pavilhão todas as construções interiores exteriores destinadas à prática desportiva e ao seu apoio, designadamente

- a) Recinto de Jogo
- b) Balneários
- c) Ginásio
- d) Sala de formação
- e) Bar
- f) Arrecadação
- g) Bancada
- h) Galeria
- i) Receção
- j) Instalações sanitárias para o público
- l) Acessos ao pavilhão.

Artigo 5º

(Condições Gerais de Utilização)

1 – As instalações podem ser utilizadas:

- a) Com carácter pontual – compreende uma utilização por um período inferior ou igual a três meses;
- b) Carácter regular – compreende uma utilização por um período superior a três meses.

2 – A entidade requerente é responsável durante a realização de quaisquer eventos por:

- a) Policiamento do recinto;
- b) Obtenção e pagamento de licenças ou autorizações necessárias à sua realização;

3 – A desistência da utilização regular antes da data previamente estabelecida deverá ser comunicada à Câmara Municipal, por escrito, com antecedência mínima de 15 dias, sob pena de continuar a ser debitado o respectivo custo de utilização.

4 – A desistência da utilização pontual deverá ser comunicada à Câmara Municipal, por escrito, com a antecedência mínima de oito dias, sob pena do pagamento do preço de utilização.

5 – A Câmara Municipal da Trofa reserva o direito de utilização das instalações para a realização de eventos por si promovidos ou apoiados, comunicando essa pretensão aos utilizadores regulares com pelo menos 10 dias de antecedência.

6 – As entidades lesadas pelo disposto no número anterior têm direito à utilização noutra hora, sem prejuízo de terceiros.

7 – Os danos ou extravios causados nos bens patrimoniais Municipais ou da Escola serão pagos pelo utilizador responsável efetuando o pagamento através de depósito na Tesouraria da Câmara Municipal da Trofa.

8 – Em caso algum a Câmara Municipal da Trofa é responsável pelo desaparecimento de haveres e/ou objetos pessoais.

9 – Todos os utentes das instalações, têm obrigatoriamente de possuir um Seguro Desportivo, não cabendo qualquer responsabilidade à Câmara Municipal por qualquer dano ou acidente sofrido durante a atividade por outros exercida.

10 – Todos os utilizadores do Pavilhão ficam obrigados a adotar um comportamento social e desportivo digno, sob pena de, em caso de violação dos deveres de zelo e respeito serem impedidos de treinar nas mesmas, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que ao caso couber nos termos gerais do Direito.

11 – As instalações destinam-se prioritariamente ao desenvolvimento de atividades compatíveis com espaços gimnodesportivos, devendo a realização de quaisquer outras ser submetida à prévia apreciação e decisão da Câmara Municipal.

Artigo 6º

(Cedência de Instalações – Prioridades)

1 – Para a cedência de utilização das instalações observar-se-á a seguinte ordem de prioridades:

- a) 1ª Prioridade - Atividades desportivas organizadas, promovidas ou apoiadas pela Autarquia;
- b) 2ª Prioridade – atividades desportivas organizadas, promovidas ou apoiadas por Clubes e Coletividades do Concelho;
- c) 3ª Prioridade – atividades desportivas organizadas, promovidas ou apoiadas por Associações Distritais e Federações Desportivas;
- d) 4ª Prioridade – Outras realizações.

2 – Na determinação de prioridades referentes aos Clubes, Coletividades, Associações Distritais ou Federações Desportivas, têm preferência aquelas que desenvolvem atividades regular, que não se possam realizar em espaços desportivos descobertos, que movimentem um maior número de praticantes e devidamente acompanhada por técnicos qualificados ao nível desportivo e pedagógico.

3 – Para além das prioridades estabelecidas no número anterior, serão sempre considerados, para efeitos de ordenação dos candidatos à utilização regular, aqueles utentes que, na época anterior, mantiveram uma prática desportiva mais regular e um maior índice de assiduidade.

4 – Poderão utilizar o Pavilhão todos os atletas abrangidos pelo Estatuto de Alta Competição das respetivas Federações Desportivas, conforme a Lei de Bases do Sistema Desportivo nº1/90, Decreto-Lei nº 25/95 e Decreto-Lei nº 123/96, desde que, não haja competição oficial e que o Instituto Desporto de Portugal ou as Federações respetivas entreguem uma lista nominativa dos mesmos, até ao dia 30 de Agosto de cada ano desportivo, no Pelouro do Desporto da Câmara Municipal da Trofa.

Artigo 7º

(Cedência de Instalações – Tabela de Preços e Formas de Pagamento)

1 – A tabela de preços de utilização do Pavilhão é parte integrante deste Regulamento e encontra-se discriminada no Anexo III.

2 – A tabela de preços é atualizada anualmente pelo índice de preços ao consumidor.

3 – Os valores constantes dos protocolos de utilização serão atualizados também com base na metodologia definida no número anterior.

4 – Os pagamentos devidos pela utilização devem ser realizados na Tesouraria da Câmara Municipal da Trofa.

5 – Para cada pagamento serão emitidos os respetivos documentos.

6 – Os pagamentos devidos pela utilização do Pavilhão serão cobrados nos seguintes prazos:

- a) No caso de utilizações pontuais o pagamento deverá ser efetuado até 48 horas antes da respetiva utilização;
- b) No caso de utilizações regulares deverá ser efetuado o pagamento até ao 5º dia útil de cada mês. O Pagamento referente ao primeiro mês de utilização é efetuado antes do início da mesma.

Artigo 8º

(Cedência de Instalações – Horários)

1 - Durante o período escolar as instalações poderão ser utilizadas:

- a) Todos os dias da semana entre as 19h00 e 23h00;
- b) Nos Fins de Semana entre 08h30 e as 23h00.

2 - Fora do período escolar, as instalações poderão ser utilizadas:

- a) Todos os dias entre as 08h30h e as 23h00.

3 – O período de utilização reservado para as atividades escolares é durante o ano letivo, de segunda a sexta-feira, entre as 08h00 e as 19h00. Este horário poderá ser alterado, quando devidamente autorizado pela Câmara Municipal da Trofa, e sem prejuízo das atividades já programadas pela Autarquia.

4 – Os utilizadores não deverão exceder o tempo de 15 minutos para se banharem e vestirem.

5 – Todos os utilizadores deverão respeitar os horários fixados.

Artigo 9º

(Cedência de Instalações – Pedidos)

1 - Os interessados na utilização regular ou pontual do Pavilhão devem apresentar os respetivos pedidos, através de impresso próprio a fornecer pela Câmara Municipal da Trofa (Anexo I), com uma antecedência mínima de 30 dias.

2 – A cedência de instalações será comunicada, por escrito, à entidade requerente sobre a forma de autorização das mesmas.

3 – O pedido de cedência pressupõe o cumprimento do presente regulamento.

Artigo 10º

(Regras de Utilização e Funcionamento)

1 – As autorizações de utilização concedidas são intransmissíveis.

2 – Os utilizadores individuais deverão ser portadores de um cartão de identificação emitido pelos serviços da Autarquia.

3 – No caso de uma entidade utilizadora, os elementos que a integrem deverão ser portadores de identificação específica da modalidade ou, na sua ausência, de outra forma de identificação normalizada.

4 – O utilizador deverá identificar-se de imediato sempre que solicitado pelo funcionário de serviço.

5 – Em situação de treino ou competições desportivas não oficiais, só é permitida a entrada de utilizadores no pavilhão nos 20 minutos que antecedem a hora prevista para o início do evento.

6 - Em caso de competições desportivas oficiais, será permitida a entrada dos utilizadores no pavilhão com 30 minutos de antecedência sobre a hora prevista para o início das mesmas.

7 – O acesso de atletas e treinadores deverá ser efetuado apenas pela porta de receção dos mesmos, não sendo permitido o acesso pelos locais do público.

8 – Não é permitida a entrada sem a presença de um responsável das instalações.

9 – A abertura dos balneários é da responsabilidade do funcionário em serviço.

10 – O acesso às áreas reservadas à prática desportiva só é permitido quando se observem as seguintes condições:

- a) O calçado usado no exterior não pode ser utilizado nos espaços de prática desportiva;
- b) O calçado terá que ser de borracha com rasto adequado ao piso;
- c) O equipamento desportivo terá que ser o adequado à prática da modalidade;
- d) Cabe ao funcionário de serviço avaliar as condições dos equipamentos e calçado dos praticantes, impedindo a sua utilização nos espaços de prática desportiva caso estes possam provocar danos no piso.

11 – Apenas os funcionários tem acesso à arrecadação de material desportivo.

12 – A disponibilização de material desportivo carece de requisição antecipada, em formulário (Anexo V) próprio a disponibilizar pela Câmara Municipal da Trofa.

13 – Os equipamentos e materiais desportivos poderão apenas ser utilizados sob a responsabilidade do técnico ou professor responsável pela atividades.

14 – O responsável pelo grupo utilizador tem a responsabilidade de zelar pelo espaço da prática desportiva até ao final do período de utilização.

15 – Todos os locais utilizados deverão ser deixados limpos e o equipamento em perfeito estado de conservação.

16 – A Câmara Municipal reserva o direito de impedir a entrada de indivíduos que ofendam ou tenham ofendido neste local a moral pública.

Artigo 11º (Utilização simultânea de instalações)

1 – Desde que as condições técnicas do espaço de prática em causa o permitam, e daí não resulte prejuízo para qualquer das partes, o recinto de jogos pode ser dividido em área para a prática simultânea de várias atividades.

2 – Os utilizadores devem pautar a sua conduta de modo a não perturbar as atividades dos demais utilizadores que porventura se encontrem também a utilizar as instalações do Pavilhão.

Artigo 12º (Cancelamento de Autorização de Utilização)

1 – A autorização de utilização das instalações do Pavilhão será imediatamente cancelada quando se verificarem as seguintes condições:

- a) Incumprimento das condições de utilização e funcionamento referidas neste regulamento;
- b) Recusa de pagamento de prejuízo devido a danos causados nas instalações ou nos respetivos equipamentos durante a utilização;
- c) Utilização para fins diversos àqueles que foi concedida a autorização;
- d) Utilização por pessoas ou entidades estranhas à autorização concedida.

Artigo 13º (Interdição de Uso das Instalações)

1 – A interdição de utilização das instalações traduz-se na proibição temporária da realização de jogos e treinos por parte dos clubes desportivos, entidades singulares ou coletivas, a quem hajam sido imputadas as faltas referidas no número seguinte.

2 – A medida de interdição é aplicável quando se verificarem agressões ou tentativa de agressões envolvendo espectadores, dirigentes, médicos, treinadores, auxiliares e empregados, equipas de arbitragem, jogadores ou elementos com responsabilidade na manutenção da ordem, bem como os que causarem danos patrimoniais.

3 – A interdição será decidida, após inquérito, dirigido pela Divisão do Desporto da Câmara Municipal da Trofa, e por despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal ou, a quem este delegar competências.

Artigo 14º
(Áreas de circulação)

- 1 – O público presente nos eventos e os assistentes aos treinos só tem acesso às bancadas e respetivos sanitários.
- 2 – São de acesso exclusivo aos utilizadores praticantes e aos responsáveis os espaços de prática desportiva, os balneários e respetivos corredores de acesso indicados pelo funcionário.
- 3 – Não é permitido a qualquer utilizador o acesso ao recinto de jogos pelas bancadas, nem o acesso às bancadas pelo recinto de jogos.

Artigo 15º
(Proibição de Fumar)

É expressamente proibido fumar em todos os espaços interiores do pavilhão desportivo.

Artigo 16º
(Consumo de alimentos e bebidas)

O consumo de alimentos e bebidas não é permitido nas áreas dedicadas à prática desportiva e nos balneários, à exceção dos utilizadores praticantes, que nestes espaços podem consumir bebidas hidratantes. Também não é permitido consumir alimentos e bebidas na arrecadação do material desportivo, na sala de formação, na bancada, nas galerias e nas instalações sanitárias para o público.

Artigo 17º
(Concessão de Exploração)

É da competência da Câmara Municipal da Trofa definir e autorizar a concessão e exploração de áreas e atividades específicas, bem como determinar o seu cancelamento.

Artigo 18º
(Protocolos com Entidades)

A Câmara Municipal da Trofa poderá estabelecer protocolos com outras entidades que prevejam condições especiais de uso das respetivas instalações, desde que observados, os termos definidos neste Regulamento.

Artigo 19º
(Utilização com Fins Lucrativos)

1 – Quando ao utilizador advierem receitas de utilização das instalações desportivas municipais tais como organização de espetáculos com entradas a pagar, publicidade, transmissão televisivas ou outras reverterá para a Câmara Municipal da Trofa uma percentagem de 10% do valor total da receita bruta, a regularizar nos serviços da Tesouraria da Câmara Municipal nos 30 dias subsequentes.

2 – As receitas referidas no número anterior revertem a favor do financiamento do Programa Fomento Desportivo – Educação em Movimento.

Artigo 20º
(Publicidade)

A autorização para a exploração de publicidade no Pavilhão é competência da Câmara Municipal da Trofa.

Artigo 21º
(Transmissões Televisivas)

A transmissão televisiva carece de autorização da Câmara Municipal que deverá acautelar as condições de contrato de concessão e exploração de publicidade que esteja em vigor, bem como os interesses próprios do Município.

Artigo 22º
(Fiscalização)

É competência da Divisão do Desporto e Juventude da Câmara Municipal da Trofa zelar pelo cumprimento deste Regulamento e pela manutenção, conservação e segurança das instalações.

Artigo 23ª
(Interpretações e Omissões)

As dúvidas, lacunas e omissões do presente regulamento serão resolvidas por despacho interpretativo do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Trofa ou, a que este delegar competências.

Artigo 24º
(Entrada em Vigor)

O presente regulamento entra em vigor 15 dias após a afixação nos lugares públicos do costume dos editais que publicitem a sua aprovação.

Contatos

Câmara Municipal da Trofa
Divisão de Educação, Desporto e Juventude
Rua Imaculada Conceição nº 684 | 4785 TROFA
N.º Azul: 808 200 967
Tlf. 252 409 850 | Fax. 252 409 869
Correio eletrónico: ddj@mun-trofa.pt |